

## A historiografia nacional como «começo». A História de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen

National historiography as a «beginning». Historia de Méjico by Lucas Alamán and História Geral do Brazil by Francisco Adolfo de Varnhagen

**Ricardo Ledesma-Alonso** <sup>a</sup>

E-mail: [ricardoledesmaalonso@comunidad.unam.mx](mailto:ricardoledesmaalonso@comunidad.unam.mx)

<https://orcid.org/0000-0002-7863-6389> 

<sup>a</sup> Universidade Nacional Autônoma do México,  
Faculdade de Filosofia e Letras, Cidade do México,  
CdMx, México

## RESUMO

Este artigo focaliza um problema específico do fenômeno da historiografia nacional escrita na América Latina do século XIX: as implicações ideológicas de seus elementos narrativos, particularmente de seus começos. A análise dos *incipit* de duas obras representativas desse gênero historiográfico – a *História de Méjico* (1844-1852), do historiador mexicano Lucas Alamán, e a *História Geral do Brazil* (1853-1857), do brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen – permitirá, em primeiro lugar, discutir as características formais – ficcionais – dos referidos umbrais discursivos; em segundo lugar, caracterizá-los como artefactos ideológicos dispostos em forma narrativa. Pretende-se contribuir para o estudo crítico da historiografia nacional oitocentista latino-americana, a partir de uma perspectiva comparada.

## PALAVRAS-CHAVE

Historiografia latino-americana. Historiografia comparada. Francisco Adolfo de Varnhagen.

## ABSTRACT

This article focuses on the ideological implications of narrative elements found in historiographical pieces on national States in nineteenth-century Latin America, especially its beginnings. The analysis of the *incipit* of two representative works of this historiographic genre – *Historia de Méjico* (1844-1852) by Lucas Alamán and *História Geral do Brazil* (1853-1857) by Francisco Adolfo de Varnhagen – will allow us, first, to discuss the formal – fictional – attributes of the aforementioned discursive implications; second, to characterize the latter as ideological artifacts arranged in narrative form. This article thus aims to contribute to the critical study of nineteenth-century Latin American national historiography from a comparative perspective.

## KEYWORDS

Latin American Historiography. Comparative Historiography. Francisco Adolfo de Varnhagen.

## Introdução: a origem e o começo

Nas histórias nacionais escritas durante o século XIX, a origem e o começo se confundem a ponto de semelhar uma e a mesma coisa. No entanto, entre os dois termos existe uma diferença substancial que, embora os historiadores oitocentistas não pudessem, ou talvez não quisessem notar, os do século XXI são obrigados a evidenciar: “que o começo é histórico, enquanto a origem é divina” (SAID 1985, p. xvii). Como é sabido, com algumas exceções – *v. gr.*, Droysen, Burckhardt, Nietzsche –, os historiadores nacionalistas do oitocentos historizaram absolutamente tudo, salvo seu próprio ponto de vista. Tentando remover da nascente disciplina da História qualquer traço de ficcionalidade, aqueles negaram a existência de qualquer “ponto de vista” no conhecimento histórico, concebendo, ao contrário, que a tarefa do historiador consistia no descobrimento da “história verdadeira”, que “esperava ser contada” subjacente aos documentos (WHITE 2011, p. 343-345; KELLNER 1989, p. vii; KOSELLECK 2004, p. 128-151). Daí sua tendência a identificar os *incipit* ou começos de suas narrações historiográficas com a “origem” da nação – com aquele momento escuro e escorregadio do “nascimento” de uma “identidade nacional” com uma “missão” a desenvolver na história (HARTOG 2003, p.179-192). Nos termos dos historiadores da nação, ao escrever sobre as “origens” dela, eles não faziam outra coisa além de traduzir em discurso um episódio que pertencia à ordem “natural” das coisas, ao mundo histórico como Deus o havia criado (RANKE 1872, p. 288; ANKERSMIT 2010, p. 338). Ironicamente, a tendência desses autores de iludir a historicidade de suas decisões narrativas, bem como de negar qualquer traço de artificialidade nas mesmas – escondendo-as por trás da “divina” ou “mítica” máscara de origem –, gerou o efeito oposto de acentuar o caráter histórico e ficcional dos inícios dos seus relatos, isto é, sua qualidade de “começos”.

Agora, antes de passar para a análise das características dos começos das histórias nacionais, note-se que a mistura particular do pensamento mítico, ficcional e histórico implícita naqueles torna-se inteligível, considerando que as ditas histórias acompanharam de perto o surgimento da nova ordem política e social resultada das revoluções que levaram, tanto na Europa quanto na América, à queda do Antigo Regime.<sup>1</sup> Examinando cuidadosamente esse fenômeno de entrelaçamento entre o gênero da história nacional e os eventos político-sociais dos séculos XVIII e XIX, Benedict Anderson e Elías Palti ressaltam que aquele foi um tipo de discurso criado pelas elites pós-revolucionárias para “preencher simbolicamente”, tornar acessível e significativo

<sup>1</sup> É importante considerar que, ao longo do século XIX, as histórias nacionais foram histórias eminentemente políticas, ou, dito de outra forma, que na altura a disciplina histórica se constituiu como um discurso de poder.

“o vazio original constitutivo” da fundação institucional do Estado-nação moderno (PALTI 2003, p. 145-146). Segundo a interpretação dos dois críticos, os historiadores da nação teriam sido cientes da urgência de legitimar uma realidade institucional absolutamente moderna e sem precedentes – derivada, como foi dito, de processos revolucionários contingentes, que ocorreram apenas nos séculos XVIII e XIX –, dissimulando portanto a “novidade objetiva” da nação por meio de “imagens” ou “ficções” de sua “prestigiada antiguidade”, de sua “origem” em um passado tão remoto que se perdia, muitas vezes, na noite dos tempos (ANDERSON 1993, p. 15-22).

Um exemplo que ilustra de forma clara esse argumento é a tendência quase obsessiva dos historiadores oitocentistas de empregar o *topos* do “nascimento”<sup>2</sup> como estratégia para sublinhar a “origem antiga” da nação – imagem que estava ligada a uma concepção romântico-organicista da nação, a qual compreendia esta como uma entidade que crescia, evoluía lenta, silenciosa, espontaneamente, graças a uma vitalidade endogénica e a partir do conflito histórico entre forças internas que buscavam o equilíbrio do organismo (MANNHEIM 1953, p. 171-178; NISBET 2009, p. 7-11). Não é difícil reconhecer as razões da popularidade daquele *topos*. Em primeiro lugar, o umbral do “nascimento” ocultava o caráter tendencioso na escolha do *incipit* narrativo, “fazendo coincidir o início do relato com um começo natural e absoluto, que suprimia todos os eventos anteriores no momento da gênese”; e, em segundo lugar, tinha “uma poderosa função inaugural”, pois garantia a “linearidade natural da narrativa”, abrindo a possibilidade de acompanhar a peripécia do caráter da nação (LUNGO 2003, p. 105-106).

No entanto, como já foi dito, apesar dos esforços dos historiadores da nação em apresentar o momento de abertura de suas narrações como uma origem, isto é, como um fato irrefutável, natural, porquanto tratava do “nascimento” da nação, dessa mesma apresentação surgia – incontrolável – uma fratura, uma intencionalidade, portanto, um começo (KELLNER 1989, p. 59). É que principiar qualquer coisa, e ainda mais uma narração, nunca é uma questão natural. A vida, a realidade – afirma Louis O. Mink –, “não tem princípio, meio ou fim”, não é uma narração (MINK 1987, p. 48 e 60). São os narradores, e nesse caso os historiadores, que criam fronteiras artificiais, limites, por meio de seus discursos, revelando assim suas decisões, intenções, ideais, afiliações e fobias. O começo narrativo de toda história nacional é, assim, e acima de tudo, uma “ficção”; por outras palavras, é uma construção linguística intencional que, de modo artificial e quase sempre violento, estabelece uma fronteira entre um novo discurso,

<sup>2</sup> A dita tendência remete à problemática da autoconsciência moderna. Cf. ARAÚJO 2006, p. 314-328.

outros atos de linguagem previamente configurados e o mundo da ação – isto é, o que tem historicidade. Essa fronteira, deve dizer-se, é especificamente a que confere unidade, ordem, direção e significado – formal, lógico e moral – a um número disperso e heterogêneo de eventos e circunstâncias, “à remexida desordem da grosseira realidade que não se acalma” (KERMODE 1968 p. 4; LUNGO 2003, p. 13-17 e 34-35; KELLNER 1989, p. 58-59; SAID 1985, p. 49-50).

Este artigo tem como objetivo principal pôr à prova essas proposições sobre os começos das histórias nacionais oitocentistas, isso a partir do estudo comparativo de dois exemplos conspícuos desse gênero narrativo: a *Historia de Méjico* (1844-1852), do historiador mexicano Lucas Alamán (1799-1853)<sup>3</sup>, e a *História Geral do Brazil* (1853-1857), do brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).<sup>4</sup> A escolha dessas obras como objetos de análise visa contribuir para saldar duas dívidas no âmbito da historiografia comparada latino-americana. A primeira tem a ver com a exclusão experimentada pelas historiografias mexicana e brasileira em alguns trabalhos dedicados ao estudo das histórias nacionais surgidas na região latino-americana durante o século XIX –quer por razões linguísticas, ou bem por pertencerem a universos considerados estranhos à cultura histórica da América do Sul hispânica (Cf., COLMENARES 1987). A segunda se relaciona a uma questão ideológica. Os especialistas têm focado em maior proporção as narrações historiográficas produzidas a partir do nacionalismo liberal latino-americano do século XIX – *v.gr.* a *Historia de la Revolución de la República de Colombia en la América Meridional* (1858), de José Manuel Restrepo, a *Historia de la civilización peruana* (1879), de Sebastián Lorente, e a *Historia de Belgrano y de la independencia argentina* (1856-1889), de Bartolomé Mitre –, deixando de lado a historiografia nacionalista conservadora. A partir, então, de uma abordagem comparada, esta pesquisa se concentra no exame dos começos narrativos de duas obras periféricas de grande interesse historiográfico –“periféricas”, porquanto escritas desde as fronteiras geográficas e culturais da América Latina oitocentista, ambas produto de personagens pertencentes às elites crioulas<sup>5</sup> conservadoras, contrarrevolucionárias e filo-ibéricas, que emanciparam o México e o Brasil assumindo o respectivo governo durante as primeiras décadas após as Independências. Como argumento principal, sugere-se que o estudo dos começos dessas duas histórias traçará com precisão 1. as discussões de Alamán e

<sup>3</sup> Neste artigo, as *Disertaciones sobre la historia da República Mexicana* (1844-1849) e a *Historia do Méjico* (1849-1852) de Alamán serão concebidas como partes de uma mesma unidade narrativa, à maneira proposta pelo próprio autor (ALAMÁN 1942, v. 1, p. 3).

<sup>4</sup> A edição da *História Geral* que será utilizada neste artigo é a que foi publicada em Rio de Janeiro entre 1854-1857 (a primeira edição).

<sup>5</sup> O termo “crioulo” será utilizado aqui para definir o descendente de colonos europeus nascido nas Américas. Cf. SIMON 2017, p. 1-10.

de Varnhagen com outros modelos de começo das histórias nacionais do México e do Brasil; 2. as intenções, os projetos políticos de nação e os afetos e fobias ideológicas desses historiadores.

## A Conquista castelhana como começo da história do México

No primeiro volume de sua *Historia de Méjico*, analisando as razões que, em 1808, ofereceram os partidos a favor e contra a independência da Nova Espanha para justificar suas causas, Lucas Alamán fez várias afirmações a esse respeito que, embora apontem para os sucessos do início do século XIX, também aludem aos conflitos políticos, sociais e historiográficos que ameaçavam rasgar o país – e que de fato o rasgaram – em meados da década de 1840 e no início da de 1850:

Também foram alegadas [pela Prefeitura da Cidade do México] as razões gerais do imprescritível direito que as nações têm de reivindicar sua independência e liberdade em qualquer momento, quando a têm perdido: a impossibilidade e os inconvenientes oferecidos pelo fato de que possessões tão extensas fossem governadas por uma metrópole distante, para a qual eram dirigidos os tesouros de toda a América como um veio inesgotável de prata e ouro, sem enriquecer nem fecundar os países de sua origem; mas essas razões são uma infundada e a outra de mera conveniência. Não eram os remanescentes das nações que anteriormente dominavam o país que promoveram a independência, nem esta pretendia restaurá-los aos seus direitos usurpados pela conquista; a independência foi promovida pelos descendentes dos conquistadores, que não tinham outros direitos senão aqueles que a mesma conquista lhes havia concedido, e contra a qual eles têm declamado com uma espécie de frenesi impossível de explicar, como se fossem herdeiros dos povos conquistados e estivessem obrigados a vingar suas afrontas. As razões de conveniência eram, portanto, as únicas que existiam, e estas eram decisivas e evidentes [...] As razões pelas quais cada parte fundou suas reivindicações vieram dos vários conceitos, sob os quais as possessões espanholas da América foram consideradas em diversos momentos. A Audiência e os espanhóis viam a Nova Espanha como uma colônia da antiga [Espanha], de acordo com os princípios adotados durante o governo Bourbon; a Prefeitura [da Cidade do México] e os americanos baseavam-se em leis primitivas e na independência estabelecida pelo Código das Índias, além das doutrinas gerais dos filósofos do século anterior, sobre a soberania das nações [...] (ALAMÁN 1942, v. I, p. 126-127).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Todas as traduções para o português dos textos de Alamán e dos outros autores mexicanos são de minha autoria.

Se uma preocupação transparece ao longo da digressão do historiador mexicano em torno dos debates jurídicos que, em decorrência das abdições de Carlos IV e Fernando VII em favor de Napoleão (Bayonne, 1808), confrontaram a Real Audiência do México e a Prefeitura da Cidade do México, é, sem dúvida, a questão da soberania nacional (PALTI 2009, p. 309-312). Com certeza, a referência direta do autor é a crise política desencadeada pelas invasões napoleônicas na Península Ibérica; ele não parece estar fazendo outra coisa senão examinar os argumentos de cada uma das partes para justificar ou impedir a criação de uma Junta de México, semelhante às estabelecidas em Oviedo e Sevilla, e, como elas, depositária da soberania na ausência do rei. Porém, as palavras do historiador, suas avaliações de cada uma das posições em conflito, revelam-se carregadas de seu presente. Como se pode observar no excerto, o objeto das críticas de Alamán não são tanto os crioulos da Prefeitura, que na crise de 1808 eram a favor da constituição de uma Junta soberana, mas os crioulos de sua própria época, que interpretaram favoravelmente o acontecimento com base em seus ideais de uma soberania nacional pré-existente à Conquista (BRADING 1988, p. 76 e 119). As palavras do historiador mexicano em relação ao conflito de 1808 apontam, assim, indireta ou metaforicamente, para a grande disputa que dominou o curso dos acontecimentos políticos e sociais do México na década de 1840: a questão do que era e quem constituía a nação soberana.

Para começar, deve notar-se que a *Historia de Méjico* (1844-1852) foi escrita justamente em um momento em que o Estado mexicano passava por uma transição de regimes constitucionais com concepções diferentes da soberania nacional e opostas a ela. Desde 1836 e até 1846, a República Mexicana foi regida por diversos documentos constitucionais de cunho centralista – as “Siete Leyes” (1836) e as “Bases Orgánicas” (1843) –, que, embora reconhecessem que o poder público – a soberania – estava encarnado na nação representada por seus Poderes Centrais sujeitos à eleição popular, ao atribuir a capacidade de eleger e ser eleito para os referidos cargos ao conjunto de mexicanos que tinham cidadania – direito sujeito a censo –, restringiam, de fato, a referida soberania ao setor da população mexicana composta por aqueles que Michael Costeloe definiu como os “hombres de bien”: proprietários e pessoas com renda proveniente de investimento de capital ou de emprego profissional, cujo orçamento anual oscilava entre 500 e 1200 pesos – quer dizer, as classes médias crioulas (COSTELOE 1993, p. 16-24 e 100-103). Nas vésperas, porém, da guerra com os Estados Unidos (1846-1848), após o golpe de Estado contra o governo de Mariano Paredes y Arrillaga – instigado pelo político liberal Valentín Gómez Farías e realizado pelo General Mariano Salas (6 de agosto de 1846) –, a Constituição Federal de 1824 foi restaurada, e, com ela, seu conceito muito mais amplo, popular, de soberania nacional.

Com seus dois artigos contraditórios (3º e 6º), que sancionavam a existência de uma soberania compartilhada entre os poderes federal e estaduais, bem como com sua indefinição sobre quem eram considerados cidadãos, ou seja, mexicanos aptos a eleger e ser eleitos para os cargos públicos, aquela Constituição voltava a abrir a possibilidade a milhares de homens, independentemente de sua classe social ou etnia, de buscarem um lugar nas inúmeras assembleias populares locais ou mesmo de terem acesso aos poderes executivo e legislativo estaduais e federais (COSTELOE 1993, p. 14; RODRÍGUEZ O 1991, p. 525-526).

A resposta de Alamán à nova situação criada pelo restabelecimento da Constituição de 1824 foi imediata e veemente. Na esfera política, não só com a organização e condução do Partido Conservador (1849), mas também com a presença nas páginas da imprensa – em artigos e editoriais dos jornais monarquistas e conservadores *El Tiempo* e *El Universal* – e sobretudo nas de seus textos historiográficos, o líder máximo do conservadorismo mexicano travou uma guerra frontal contra os partidários do princípio da soberania popular, a quem acabou responsabilizando pelos desastres militares e o caos social ocorridos no México entre 1846 e 1852 (PALTÍ 2003, p. 142). Assim, por exemplo, em um de seus editoriais para *El Tiempo* (Janeiro-Fevereiro de 1846), desesperado com a queda iminente do regime centralista, afirmou que “a igualdade de direitos [políticos]” levava a um desrespeito pela autoridade; a democracia conduzia ao perigoso aumento do poder político de homens das “classes mais baixas”, inteiramente inadequados e incapazes de ocupar cargos públicos. Em suma, “a igualdade tem confundido o sábio com o ignorante, o judicioso e moderado com o inquieto e briguento, o cidadão honrado e virtuoso com o rebelde e perverso” (COSTELOE 1993, p. 284-285).

No entanto, o alvo predileto das críticas de Alamán, isso pela grande responsabilidade que lhe atribuiu na difusão e na cimentação do princípio da soberania popular entre alguns setores da sociedade mexicana, foi o começo da história do México configurado pelos historiadores frei Servando Teresa de Mier e Carlos María de Bustamante, na *Historia de la Revolución de la Nueva España, antiguamente Anáhuac* (1813) e no *Cuadro histórico de la Revolución de la América mexicana* (1823-1846), respetivamente. Sucede que, para os autores destas obras, a história do México tinha como origem os antigos habitantes do vale do *Anáhuac*, os quais – pensavam –, haviam construído uma civilização avançada com alguns traços de proto-cristianismo<sup>7</sup>, que nada devia aos espanhóis

<sup>7</sup> Com o padre Francisco X. Clavijero, tanto Mier quanto Bustamante argumentaram que nem a religião tinha legado os espanhóis aos indígenas, pois, séculos atrás, Santo Tomás-Quetzalcóatl tinha pregado entre eles os rudimentos da fé católica (BRADING, 1988 p. 48-52).

exceto a tirania e escravidão. Partindo, então, do pressuposto de que tinha existido uma nação mexicana soberana antes da Conquista, Mier e Bustamante argumentaram em conformidade: a emancipação da “América mexicana” era historicamente legítima, na medida em que restaurava os direitos de uma nacionalidade anulada durante trezentos anos de opressão, que voltava para a liberdade precisamente graças à revolução de independência – isto é, graças ao movimento dos patriotas juntistas de 1808, mas sobretudo ao movimento da primeira insurgência, a dos padres Miguel Hidalgo y Costilla e José María Morelos y Pavón (SIMON 2017, p. 140-142; BRADING 1988, p. 76 e 119). Daqueles dois historiadores, Bustamante foi sem dúvida o mais radical. Paladino da Insurgência, da qual participou, e inimigo da Conquista e do Hispanismo, foi ele quem basicamente criou o panteão nacional que ainda hoje vigora, onde coexistem os *Huey Tlatoani* mexicas Moctezuma e Cuauhtémoc e os insurgentes Hidalgo e Morelos. Em seu *Cuadro Histórico*, sustentou que os insurgentes eram herdeiros de Cuauhtémoc e que haviam lutado para libertar a nação mexicana das cadeias que a Conquista lhe tinha imposto (BUSTAMANTE 1953-1963, v. I, p. 39).

Alamán foi extremamente perspicaz na detecção da ameaça que representava para as classes médias crioulas o começo da história do México e a sua ligação metafórica com a revolução de independência postulados por Mier e Bustamante. Em muitos trechos de seu trabalho, são visíveis seu medo e seu nojo frente a essas perigosas ideias:

Eu parei de propósito para relatar brevemente todos os detalhes da conspiração de Querétaro e do início da revolução que começou o padre Hidalgo, sem omitir nem mesmo algumas circunstâncias que podem parecer triviais e insignificantes, porque esses eventos não foram referidos até agora com verdade e exatidão; ao contrário, tem havido um esforço particular para desfigurá-los de tal forma que eles têm sido desconhecidos. D. Carlos Bustamante, o historiador por excelência da revolução, passa tão levemente sobre todos os acontecimentos de Querétaro, que nem sequer cita o nome de Arias, que neles desempenhou um papel tão principal, e a prisão do corregedor atribui-a a uma facção de europeus, capitaneada pelo prefeito Ochoa. A esta alteração da verdade da história se deve, sem dúvida, o fato de que a República Mexicana tenha escolhido para seu feriado nacional um dia em que tantos crimes foram cometidos, e que tenha datado o início de sua existência como nação partindo de uma revolução que, proclamando um engano, utilizou para sua execução uns meios que rejeitam a religião, a moralidade nela fundada, a boa fé base da sociedade e as leis que estabelecem as relações necessárias de indivíduos em qualquer associação política. (ALAMÁN 1942, v. I, p. 242-243).

Como pode ser deduzido desse último fragmento, complementado com as afirmações do que foi citado mais acima, Alamán reconhecia muito bem que aceitar a tese da pré-existência aos espanhóis de uma nação indígena soberana, que renascia em 1810 com as lutas pela independência, implicava a anulação automática dos direitos à propriedade e ao governo do país dos descendentes dos conquistadores e dos colonos espanhóis, quer dizer, dos crioulos. O autor da *Historia de Méjico*, portanto, não exagerava seus temores: seguindo a lógica dos argumentos de Mier e de Bustamante, que definiam – talvez involuntariamente – o setor social a que eles próprios pertenciam, os espanhóis americanos, como espoliadores dos verdadeiros donos indígenas do solo mexicano, ficavam plenamente justificadas, em primeiro lugar, a violência contra as pessoas e as propriedades dos “gachupines” (espanhóis) e dos crioulos que as massas indígenas e mestiças perpetraram durante a primeira insurgência – especialmente no contexto da revolução popular do padre Hidalgo –; em segundo lugar, os levantamentos campestinos contra os “brancos”, que, no presente do próprio historiador, empreendiam os mayas da Península de Yucatán – a sangrenta “Guerra de Castas” – e as populações indígenas e mestiças da Sierra Gorda no Bajío (BRADING 1988, p. 129; FOWLER, SANTONI 2019, p. 10-12).

Agora, como tem sido assinalado por certos biógrafos do historiador mexicano, a aversão recalcitrante de Alamán ao passado pré-hispânico e às massas populares indígenas e mestiças vinha em grande parte de suas experiências juvenis em face das incursões dos primeiros insurgentes em seu Guanajuato natal, onde ele esteve a ponto de morrer às mãos das massas populares que o confundiram com um “gachupín” (PLASCENCIA DE LA PARRA 1997, p. 307). No entanto, na configuração de sua atitude como historiador da nação mexicana, é também conveniente reconhecer o papel desempenhado pela leitura das *Reflections on the Revolution in France* de Edmund Burke, livro que marcou não apenas seu pensamento político, mas também o de toda uma geração de crioulos nascidos ainda na Nova Espanha, que atingiu o poder após a consumação da independência por Agustín de Iturbide (1821). Alamán e outros líderes políticos da elite crioula da Cidade do México, como é o caso do próprio ideólogo do liberalismo mexicano, José María Luis Mora, leram o fenômeno da idealização historiográfica do passado indígena por parte de Mier e Bustamante, assim como o da participação da população nas revoluções e revoltas de seu tempo, com base na postura burkeana inimiga do *sansculotismo* (SIMON 2017, p. 132-136). Amparados nas imagens do caos popular revolucionário fornecidas pelo filósofo escocês, dispostos a defender sua precedência social e política contra os indígenas e mestiços que então constituíam a maioria da população do país, aqueles “hombres de bien” abominaram a soberania popular, a qual entenderam como um “conceito errado” e perigoso que

fomentava “discórdia e desunião” e “guerra civil”, pois o “povo ignorante”, falto de “ideias precisas que determinem de forma fixa e exata o sentido da palavra nação”, tinha se enganado ao entender esta última como “qualquer união de indivíduos da espécie humana, sem outras qualidades e circunstâncias” (MORA 1963, p. 463).

Nas páginas de sua *História de México*, Alamán, por sua vez, colocou todo seu esforço, primeiro, em contrariar as teses indigenistas e soberanistas de Mier e Bustamante; e, segundo, em reconstruir o episódio que, em seu entender, devia ser considerado como a verdadeira origem da nação mexicana: a Conquista do México-Tenochtitlán pelos castelhanos em 1521 e a imediata fundação das principais instituições do Vice-reinado da Nova Espanha. Esse duplo objetivo, apesar de o historiador mexicano o ter feito com base nas mais avançadas normas da crítica documental da época – as da Escola Histórica Alemã dos irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt (ALAMÁN 1942, v. 2, p. 150) –, tinha um claro propósito ideológico: o começo da história do México que estava a propor não buscava outra coisa senão exorcizar a ameaça popular que se aproximava sobre os crioulos de seu presente.

Para rebater a proposição de Mier e Bustamante, Alamán empreendeu uma descrição histórica do que eram, politicamente falando, os povos indígenas pré-colombianos que habitavam o futuro território da Nova Espanha nos começos do século XVI. Nas páginas iniciais dessa grande “introdução” à *História de México*, que são suas *Disertaciones sobre la historia de la República Mexicana*, o historiador defendeu que não havia nenhuma unidade nacional entre as antigas e múltiplas tribos e nações, às vezes independentes, e outras vezes sujeitas a chefes e principados que povoavam o setentrião americano. Como prova desse argumento, ele usou o caso da “Monarquia Mexicana” – o *tlatocayotl* mexica –, o maior e mais poderoso Estado indígena da região. No seu modo de ver, até essa entidade política tinha estado muito longe de se constituir como uma nação, pois foi afetada e fragilizada pelos problemas de um “sistema feudal” em que “a divisão em muitos pequenos setores, os vizinhos descontentes ou abertamente inimigos, os súditos poderosos e propensos à desobediência” tornaram impossível a consolidação de uma unidade autenticamente nacional (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 14-17). Assim, para Alamán, a “nacionalidade mexicana” só se tinha configurado após a Conquista do México-Tenochtitlán pelos castelhanos. Nesse momento, graças ao governo que os conquistadores castelhanos estabeleceram, “uma única nação foi formada de todas estas partes separadas [México, o Reino de Michoacán e o de Tehuantepec], e este precioso elemento da unidade nacional tornou-se o alicerce da grandeza a que a república poderia um dia chegar se souber preservá-la” (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 161-162).

Contrariando, pois, as interpretações da Conquista dos liberais indianistas, que a consideravam um evento injusto e violento que tinha privado um povo inteiro de sua liberdade e soberania, do ponto de vista de Alamán aquele fenômeno devia ser entendido, de início, como um acontecimento bélico de calibre universal, composto por uma série de atos de grande bravura por parte de índios e castelhanos – tal como o historiador americano William Prescott o tinha captado em sua *History of the Conquest of Mexico* (1843) (ALAMÁN, 1844-1849, v. 1, p. 86, 131-137 e 151; PLASENCIA DE LA PARRA 1997, p. 311); e, acima de tudo, como um fato político em que foram criadas as bases institucionais, isto é, autenticamente nacionais, que regeram a Nova Espanha e garantiram a ordem, a paz e a prosperidade de seus habitantes, durante três séculos (ALAMÁN, 1844-1849, v. 1, p. III):

A conquista, obra das opiniões que dominavam no século em que foi realizada, veio a criar uma nova nação em que não resta nenhum vestígio do que existia antes: religião, língua, costumes, leis, habitantes, tudo é o resultado da Conquista e nela não se devem examinar os males temporários que causou, mas os efeitos permanentes, os bens que produziu e que permanecerão enquanto a nação existir (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 137).

Essa “origem” da nação mexicana era precisamente a que Alamán queria recuperar em face da turbulência que a República mexicana tinha experimentado desde o momento de sua independência da Monarquia Hispânica. Em primeiro lugar, busca-se resgatar o gênio político do conquistador Hernán Cortés, não só para vencer os poderosos mexicas, mas também para, depois da guerra, pacificar as massas indígenas e estabelecer a instituição básica do sistema de governo castelhano: a prefeitura, ou *cabildo* (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 61-62 e 167-168). Em segundo lugar, salienta-se o sucesso dos monarcas hispânicos em estabelecer uma série de instituições – a Audiência, o Vice-Reino, a Igreja Católica, o Conselho das Índias – que deram estrutura, ordem e paz a uma sociedade dispersa e revoltada, garantindo sua unidade e funcionamento desde o século XVI até ao XIX (ALAMÁN 1942, v. 1, p. 60-61 e v. 3, p. 176).

Ao contrário do que supõem críticos como Alfonso Noriega a respeito da afirmação alamaniana da Conquista como a “origem” da nação mexicana, essa não teve como motivação a pretensão reacionária de acabar com a independência do México mediante a restauração do regime colonial (NORIEGA 1972, v. 1, p. 79). Como Joshua Simon corretamente apontou, o historiador mexicano foi de fato um dos mais obstinados defensores da independência, que ele considerou ameaçada, tanto pelo imperialismo dos Estados Unidos, como pelas massas de índios e mestiços revoltados no final da

década de 1840. Inspirado por seu principal guia filosófico, Edmund Burke, Alamán argumentou que a independência representava um passo “inevitável” na evolução gradual e progressiva da economia e da sociedade novo-hispânica, a única resolução possível de um processo histórico que a colocava irremediavelmente em conflito com os interesses da Coroa espanhola. Todavia, ao invés do que propunham os indigenistas e liberais, essa independência dependia – segundo ele – não do rompimento com a herança novo-hispânica, mas da preservação e do aperfeiçoamento das instituições estabelecidas com a Conquista castelhana, tal como os próprios reis Bourbon tinham feito quando, no século XVIII, sucederam aos Habsburgos na Monarquia Hispânica (ALAMÁN 1942, p. 61; SIMON 2017, p. 132 e 143). E mais uma coisa: essas instituições, enfatizava o historiador mexicano, não eram populares nem representativas; o Conselho das Índias, a Audiência ou as próprias prefeituras – nunca existiram as Cortes em Nova Espanha – eram órgãos cujos membros nomeavam-se pelo poder central – o Monarca ou o seu representante legal, o Vice-rei – e compostos por “hombres de bien”, quase sempre vindos das classes médias e com vasta experiência no governo, na administração e na justiça (ALAMÁN 1844-1849, v. 3, p. 154-156).

Agora, convém insistir que a nação cuja independência o autor da *Historia de Méjico* desejava preservar não era outra senão aquela que os crioulos se sentiam no direito de possuir e governar por serem descendentes dos conquistadores (ALAMÁN 1942, v. 5, p. 83). Entendidas as coisas desta maneira, o aprendizado que Alamán pretendia dar aos seus compatriotas, ao começar sua narração da história do México com o relato da Conquista e da conformação das instituições originais da Nova Espanha, foi apenas o de como seus antepassados, após uma guerra sangrenta e caótica contra a população indígena – ou “revolução”, como ele gostava de chamá-la –, haviam criado e organizado uma nação que, no século XVIII, era já uma referência mundial por seus progressos religiosos, econômicos, sociais e até científicos (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 151, v. 2, p. 155-156 e 162, v. 3, p. 320-322). A chamada de atenção era, portanto, para sua classe social, para os “hombres de bien”, que, embora tivessem conquistado a independência da sua nação impondo-se tanto aos insurgentes e suas massas populares quanto à Coroa espanhola, tinham fracassado quando, desde o primeiro minuto como homens livres, negaram a herança de seus antepassados, experimentando sistemas político-administrativos – o Império e a República federal – alheios ao caráter e às tradições próprias, submergindo assim a nação no caos e na fragilidade diante de inimigos externos e internos.

Continue-se desperdiçando os numerosos elementos de felicidade que a divina Providência quis dispensar a este país privilegiado; continue-

se a abusar do grande bem da independência em vez de considerá-la como base e princípio de todos os outros [...] continuem os escritores a adormecer a nação com ficções lisonjeiras, fazendo-a ignorar a sua origem, e apresentando-lhe por história romances nos quais, desculpando ou disfarçando as más ações e mesmo exaltando-as como boas, instigam-nos a cometê-las novamente [...] olhe-se, como até aqui, com indiferença os negócios mais importantes do Estado; deixe-se sua direção em mãos ineptas ou infieis: o resultado é certo [...] Será aplicado à nação mexicana do presente o que um famoso poeta latino disse sobre uma das figuras mais famosas da história romana: STAT MAGNI NOMINIS UMBRA: “restou apenas a sombra de um nome outrora ilustre” (ALAMÁN 1942, v. 5, p. 596-598).

## A Descoberta e a Colonização portuguesa como começo da história do Brasil

Tradicionalmente tem-se interpretado que a *História Geral do Brasil* (1853-1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen, reflete a visão da história e as preocupações de uma elite branca e monarquista, que, por volta de 1850, alcançou a consolidação do Estado Imperial (RODRÍGUES 1988, v. 1, p. 17- 27; GUIMARÃES 1988, p. 6; ODÁLIA 1997, p. 4; WEHLING 1999, p. 33 e 88; REIS 2000, p. 33; IGLESIAS 2000, p. 75-82; CEZAR 2018, p. 19). Embora essa afirmação seja correta em termos gerais, considero, no entanto, que se deve introduzir uma pequena nuance, no sentido de que a referida obra refletiria bem antes a visão de um setor específico da elite imperial: a dos crioulos monarquistas, conservadores, centralistas, senhores de escravos e filo-lusitanos, que, na época da chamada “Conciliação partidária” (1853-1862) – os “anos dourados” do Império –, estavam em processo de ser eclipsados por outros setores da própria elite com diferentes perspectivas políticas, principalmente pelos monarquistas liberais, anti-escravagistas e indianistas (MATTOS 1987, p. 71-75 e 111; CARVALHO 2003, p. 322; CARVALHO 2012, p. 103). Sem levar em conta essa nuance, isto é, pensando que a obra refletia a visão da história hegemônica, indiscutível, da totalidade dos membros da elite imperial brasileira, seria ininteligível, por exemplo, a discussão que, em torno da questão de “Os índios ante a nacionalidade Brasileira”, Varnhagen empreendeu em seu “Discurso Preliminar” ao segundo volume (1857) de sua *História Geral*:

Porque jus havemos de querer fazer a nação cabocla, antes de começarmos por blazonar de ser caboclos na gemma, e de proceder exclusivamente de caboclos? Ainda quando o fizéssemos, quando deixássemos os appellidos de nossos pais, ficavam-nos a religião e o governo, a língua, as leis...

todas as heranças da civilização de mais de três séculos. Quereis saber o que é a nação brasileira? Olhae para o próprio brazão d'armas que a symbolisa. Nelle vereis a esfera armillar, significando a origem da dynastia e a do estado, e nelle vereis também a cruz da ordem de Christo, que representa por si só a história da civilização do paiz. E isto não escripto n'este ou naquelle idioma, inintelligivel aos demais povos; mas apregoado na bella linguagem heráldica, composta de hieroglyphicos, que constituem, nos feitos históricos, uma espécie de pasigraphia ao alcance de todas as nações civilisadas (VARNHAGEN 1854-1857, v. 2, p. XXIV-XXV)<sup>8</sup>.

Se alguma coisa se destaca no extrato citado, é a animosidade de seu autor perante a pretensão de falar do Brasil como uma nação mestiça ou “cabocla”, ou seja, surgida da mistura do indígena e do português. Deve notar-se, no entanto, que essa ambição não era um mero produto da imaginação do historiador; ao contrário, tratava-se dum projeto bem definido, o do brasileiro romântico-indianista, que, já na década de 1850, triunfava entre as elites intelectuais do Segundo Reinado, sendo mesmo promovido por seu principal órgão de legitimação histórica e política, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (PUNTONI 2003, p. 655; SOUSA DE SÁ 2017, p. 161). O argumento contra os românticos desenvolvido por Varnhagen no excerto de seu “Discurso Preliminar” – o qual já havia sido exposto em uma memória que dirigiu ao Imperador em 1852, “Como deve ser entendida a nacionalidade na História do Brasil?” (Cf., VARNHAGEN 1961, p. 244-247) – é bem claro: nem sua língua, nem suas leis, sua religião ou seu governo tinha herdado o Brasil das populações indígenas – e ainda menos das africanas; tudo aquilo era legado europeu, e principalmente português:

O elemento europeu é o que essencialmente constitue a nacionalidade actual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá a futura, é com esse elemento christão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glorias da pátria, e por conseguinte a historia nacional. Abrace embora exclusivamente os Africanos e a sua causa o historiador do captiveiro, impiamente importado, desses infelizes; abrace ainda mais ternamente os índios, e defenda, com o hallucinado P. Las Casas, a resistência que opposeram e oppoem a libertar-se da escravidão da anthropophagia selvagem, em que jaziam e jazem, o historiador dos índios;—a historia da actual nação,—a historia geral da civilização do Brazil, deixaria de ser lógica com o seu próprio titulo, desde que aberrasse de sympathisar mais com o elemento principalmente civilizador (VARNHAGEN 1854-1857, v. 2, p. XXV).

<sup>8</sup> Conservo a ortografia original da primeira edição (1853-1857) da *História Geral*.

Considerando, então, o argumento do autor de que qualquer traço de “civilização” existente no Brasil tinha origem europeia, faz sentido a sua decisão de começar a *História Geral do Brasil* com a descoberta e a colonização da Terra de Santa Cruz pelos portugueses no século XVI (VARNHAGEN 1854-1857, v. 1, p. 1-4, 18-20 e 52-56). As primeiras secções da sua obra aparecem por esse motivo inteiramente dedicadas à narração dos “trabalhos aturados” e das “adversidades” enfrentadas pelos lusos durante aquele longo processo: sua história da “origem” do Brasil abrange desde as viagens marítimas dos portugueses para o Oriente e o Ocidente – em cujo quadro se inscreve a chegada de Álvares Cabral à “Ilha de Santa Cruz” (1500) – à nomeação real do primeiro governo geral do Brasil em mãos de Tomé de Souza (1548), passando pela fundação, a pedido do capitão-mor e enviado de D. João III, Martim Affonso de Sousa, da “primeira colónia regular” do Brasil – São Vicente (1532) – e da “primeira vila e câmara municipal” – São Vicente (1532) –, assim como pela doação real das quinze capitanias hereditárias originais do Brasil (1534) (VANRHAGEN 1854-1857, v.1, p. 55-56, 63, 81-82 e 216). A intencionalidade presente nessa decisão de começo fica evidente ao longo daquelas secções iniciais da *História Geral*: o maior desejo de Varnhagen era mostrar que todas e cada uma das instituições da vida social e política do Brasil de seu presente – a Monarquia, o governo central, os governos provinciais, as prefeituras das cidades, a religião cristã, a língua – tinham sido criação daqueles portugueses que assentaram as bases e as condições para o progresso de uma civilização europeia nos trópicos (ROWLAND 2003, p. 366).

Esse começo da história do Brasil é, sem dúvida alguma, controverso, pois à primeira vista parece ter surgido por um desprezo eurocêntrico para com as populações indígenas e africanas que, em meados do século XIX, povoavam os sertões brasileiros, ou por inveja intelectual perante o ascendente cultural dos escritores romântico-indianistas. No entanto, mesmo sem negar a factibilidade dessas apreciações, seria possível interpretar a decisão narrativa de Varnhagen como parte de um complexo sistema de pensamento que respondeu à mudança estrutural pela qual a sociedade brasileira passou ao longo das décadas de 1840 e 1850 e que começou a minar alguns dos fundamentos da ordem social colonial que subsistiu no Brasil durante suas primeiras décadas de vida independente (MATTOS 1987, p. 39 e 114-115). Esta segunda hipótese é a que será desenvolvida a seguir.

Uma das mais importantes mudanças ocorridas no período foi o enfraquecimento progressivo da ascendência política e econômica de que os portugueses continuaram usufruindo no Brasil mesmo com a Independência. É preciso lembrar que, durante o Primeiro Reinado (1822-1831), grande parte dos cargos da administração civil e das

milícias imperiais, bem como o domínio de quase todo o comércio de importação – incluindo o tráfico de escravos africanos –, permaneceu nas mãos dos portugueses (ROWLAND 2003, p. 372-373; CARVALHO 2003, p. 111 e 252; CARVALHO 2012, p. 87-88). Entretanto, essa situação começou a mudar no período da Regência (1831-1840), e continuou a se modificar durante as primeiras duas décadas do Segundo Reinado (1840-1860). De início, a partir de 1831, as rédeas do poder e da administração pública passaram para as mãos dos filhos do Brasil: primeiro, para as dos liberais liderados por Evaristo da Veiga e Diogo Antônio Feijó; e depois para as dos conservadores de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós. Em ambos os casos, eram homens cujos interesses políticos e econômicos estavam ligados ao país, e já não aos das casas comerciais de Lisboa e do Porto. O Partido Liberal, por exemplo, que encabeçou a Regência do Império entre 1834 e 1837 e simpatizou com a autonomia provincial e com a redução das capacidades do Poder Central – autor do “Ato Adicional” de 1834 –, estava constituído principalmente por mineiros, paulistas e suriograndenses vinculados ao comércio interior (CARVALHO 2003, p. 204-220; CARVALHO 2012, p. 90-94). Por sua vez, o Partido Conservador que governou o Brasil basicamente de 1837 a 1862, embora apegado a ideais políticos sustentados pelos antigos partidos filo-lusitanos e fiéis a D. Pedro I, o partido “Português” e o “Restaurador” – unidade do Império, necessidade da monarquia, fortalecimento do poder central e do Poder moderador, controle centralizado do judiciário e da polícia –, teve, como principais figuras, fluminenses que mantinham fortes laços com terratenentes da agricultura exportadora de café das províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo (MATTOS 1987, p. 108; CARVALHO 2003, p. 204-220; CARVALHO 2012, p. 95-96). Além disso, para lá da extinção de seu poder político, na mesma época os portugueses do Brasil perdiam também sua antiga predominância econômica. Em primeiro lugar, devido ao fortalecimento das relações comerciais com os britânicos, cujos agentes instalados no Rio de Janeiro substituíram os portugueses no comércio importador de manufaturas e exportador de matérias primas, sobretudo da florescente cultura do café. Em segundo lugar, devido ao cancelamento – sob coação britânica – da importação de escravos africanos – lei do 4 de setembro de 1850 (MATTOS 1987, p. 14-18, 36-37, 221-222; CARVALHO 2003, p. 297; CARVALHO 2012, p. 100).

Esse deslocamento dos portugueses nas esferas política e econômica foi acompanhado por um movimento paralelo no domínio cultural, promovido sobretudo por publicitários liberais. Após a volta dos conservadores ao governo em 1838, nas páginas de jornais como *O Libelo do Povo* e o *Jornal de Timón*, personagens como Francisco Sales Torres Homem – o “Timandro” – e João Francisco Lisboa denunciaram que o elemento português ainda estava estagnado no governo imperial e que essa situação constituía o maior

perigo para as conquistas nacionais. Diante de tal ameaça, esses publicitários não exigiam a expulsão dos portugueses apenas do Paço, mas também da própria história, pois consideravam que a única maneira de se separar dos prejuízos que impediam o progresso do Brasil era fazer tábua rasa do passado colonial português (TORRES HOMEM 1956, p. 115; MATTOS 1987, p. 143-144).

No entanto, a instituição a que, na época, atribuiu-se a tarefa de escrever a história do Brasil, o IHGB, não ecoou inteiramente a posição radical dos publicitários liberais, embora fizesse algumas concessões. De um lado, cientes seus fundadores e membros de que a débil monarquia brasileira – encabeçada então por um menino de doze anos que reinava sobre um imenso território dilacerado de norte a sul por revoltas de escravos, levantamentos indígenas e revoluções separatistas – não tinha outra legitimidade senão a de ter sido fundada por um príncipe da antiga casa de Bragança, assumiram a tarefa de promover a escrita de artigos, livros e compilações documentais que mostrassem a continuidade do Império do Brasil em relação à América Portuguesa (GUIMARÃES 1988, p. 6-7; GUIMARÃES 1995, p. 522; PUNTONI 2003, p. 673; ARAÚJO e CEZAR 2018, p. 21). Por outro lado, esses mesmos personagens endossaram também a produção de obras relativas não só à origem política, mas também à origem étnico-cultural da nação brasileira. Nessa área, enquanto o que se pretendia destacar era a individualidade da nação brasileira, o malvisto elemento português não podia ser o único levado em consideração. Foi então que ocorreram as primeiras tentativas historiográficas de integração histórica dos indígenas como segunda raiz da nacionalidade brasileira – os africanos foram quase por inteiro deixados de lado. A escolha deu frutos. De fato, pode-se afirmar que a maior parte dos artigos e fontes publicados pela *Revista do IHGB*, em seus primeiros anos de vida, estiveram centrados na questão indígena – principalmente no estudo etnográfico da religião, dos costumes, das línguas e da origem das populações aborígenes (GUIMARÃES 1988, p. 21-22; GUIMARÃES 1995, p. 525-526; PUNTONI 2003, p. 673; ROWLAND 2003, p. 381; SOUSA DE SÁ 2017, p. 161). Exemplos disso são os trabalhos de Roque Schüch, Peter Wilhelm Lund e Friedrich Philipp von Martius<sup>9</sup> sobre as supostas origens nórdicas dos tupis, ou até os do próprio Varnhagen, que em sua mocidade se aventurou igualmente nessa empresa indianista, publicando nas páginas da *Revista* uma “Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas no Brasil” (VARNHAGEN 1841, p. 53-63; GUIMARÃES 1995, p. 526; PUNTONI 2003; p. 641-642).

<sup>9</sup> Quanto a Von Martius, note-se que, nas páginas do seu texto *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), propôs a tese de que a história brasileira tinha sido uma história de “cruzamento de raças” (GUIMARÃES 1988, p. 16-17; GUIMARÃES 1995, p. 573).

Porém, como se sabe, foi a literatura, e não a historiografia, que se colocou à frente do movimento indianista. Inspirados na idealização do índio empreendida no século XVIII pelos árcades Basílio da Gama e Santa Rita Durão, que, em seus respectivos poemas épicos, *O Uruguai* (1769) e *O Caramuru* (1781), mostraram uma nova sensibilidade em relação à singularidade do índio americano – verdadeiro “homem natural” rousseauiano – e à natureza exuberante que este povoava (CÂNDIDO 1959, v. 1, p.112; SÜSSEKIND 1990, p. 17; ROWLAND 2003, p. 377), os escritores românticos das décadas de 1840 e 1850 fizeram dessa personagem – junto à onipresente natureza tropical – a referência da nacionalidade brasileira. Escritores como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, em suas correspondentes obras *A Confederação dos Tamoios* (1856), *Os Timbiras* (1857) e *O Guarani* (1857), foram basicamente os criadores da imagem do indígena amazônico pré-colombiano como símbolo da brasilidade, do caráter nacional originário e, portanto, da independência do Brasil em relação a Portugal (ROWLAND 2003, p. 376-377). Convém, no entanto, esclarecer um ponto sobre as qualidades dessa imagem. Não obstante os indianistas românticos tenham feito um esforço para reavaliar a linguagem, os costumes e a religião dos indígenas, nenhum deles chegou a conceber a “índole” ou o “carácter” daqueles como verdadeiro substrato da brasilidade. Imitando provavelmente seus colegas românticos europeus – Chateaubriand e Ferdinand Denis, por exemplo –, os brasileiros apenas estimaram o índio pagão e guerreiro como uma entidade que, com sua singular e essencial coragem, tinha enfrentado o trágico destino de morrer para abrir caminho ao índio ou mestiço cristão. Assim, paradoxalmente, o índio enaltecido pela literatura indianista não era outro senão o selvagem “domesticado”, “civilizado” e “melhorado” no contato com os europeus – mesmo quando se reconhecia a injustiça e a violência resultantes da Conquista e da Colonização (SÜSSEKIND 1990, p. 190-194; PUNTONI 2003, p. 635-638 e 672; SOUSA DE SÁ 2017, p. 161).

Agora, ainda que se pudesse arriscar que a posição de Varnhagen em relação aos indígenas tivesse certas coincidências com a dos românticos – por exemplo, a suposição de que o seu único destino histórico era a assimilação ou a aniquilação (VARNHAGEN 1851, p. 356-370 e 384-402) –, a diferença mais profunda entre as duas opiniões reside em que o autor da *História Geral* jamais aceitou a ideia do índio como origem da nação brasileira, nem a conseqüente rejeição do passado colonial português. Desde muito cedo, o historiador detetou as aporias e os perigos que as teses dos românticos indianistas implicavam para as elites crioulas e mesmo para os poucos mestiços que então começavam a ocupar um lugar entre elas. Alguns anos antes de publicar o primeiro volume de sua *opus magna* – em cujas páginas os índios aparecem definidos como “vindiços alienígenas” sem Estado e sem história e, portanto, sem qualquer direito sobre as terras brasileiras (VARNHAGEN 1854-1857, v. 2, p. 107-134; CEZAR 2018,

p. 189-190) –, em seu *Memorial Orgânico* (1849-1851), lançou uma forte crítica ao escritor romântico Gonçalves Dias, que, em sua “Introdução” a los *Annaes Históricos do Estado de Maranhão* (1749) de Bernardo Pereira de Berredo, tinha argumentado que a colonização portuguesa era um fato negativo, pois tinha “corrompido” os indígenas, sendo estes “o início de todas nossas coisas; – são os que deram uma base para o nosso caráter nacional, ainda pouco desenvolvido, e será a coroa da nossa prosperidade o dia da sua reabilitação inteira” (DÍAS 1849, p. X-XI). Varnhagen detetava que uma afirmação como a de Gonçalves Dias levava lógica e necessariamente a duas consequências que nem os próprios indianistas provavelmente considerariam desejáveis (PUNTONI 2003, p. 636-638): a primeira, que os índios eram de fato “os autênticos donos da terra”; a segunda, que o Império do Brasil era totalmente ilegítimo, na medida em que suas instituições eram herdeiras diretas da colonização portuguesa:

São os donos da terra? Pois então arranjem nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem; vós, Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, para fora de vossos bancos, que ahi devem estar a arengar os tapuyas: cidades, vilas, freguesias, arsenais (...) toca tudo a embarcar; porque a terra é dos tapuyas! (VARNHAGEN 1851, p. 393).

Entretanto, em meados da década de 1850, a elite crioula fluminense que governava o Império não estava disposta a assumir nenhuma das consequências políticas que derivavam da concepção romântica dos indígenas pré-colombianos como origem da nacionalidade brasileira. Entre os membros dessa elite – da qual o próprio Varnhagen fazia parte, mesmo tendo passado um longo período da sua vida fora do Brasil, como integrante do corpo diplomático imperial (MATTOS 1987, p. 125-126; CEZAR 2018, p. 19) –, a experiência das grandes e sangrentas revoltas de índios, mestiços e escravos da época da Regência – a “Revolta dos Malês” (1835) e a “Cabanagem” (1835-1840) – ainda estava muito presente em sua memória (CARVALHO 2003, p. 91).<sup>10</sup> Adicionado a isso, aqueles concebiam que, não obstante suas implicações com o passado português do qual desejam se separar, as instituições tradicionais que compunham a Monarquia brasileira eram as únicas garantias da paz, da ordem, da união e, sobretudo, de seu primado político e social; a Monarquia era a única barreira – pensavam eles – que os salvava do caos prevalente nas jovens e caóticas repúblicas da vizinha América hispânica (VARNHAGEN 1854-1857, v. 2, p. 376-377; MATTOS 1987, p. 125-126 e 152;

<sup>10</sup> Alguns críticos assinalam que boa parte da animosidade de Varnhagen para com os indígenas surgiu de um incidente que teve com os índios do interior da província de São Paulo em 1840 (um alarme de ataque perto de Paranapitanga) (PUNTONI 2003, p. 641-642).

CARVALHO 2012, p. 91). Porém, apesar de sua evidente coincidência ideológica com o anti-indianismo e o filo-lusitanismo de Varnhagen, sua *História Geral* não foi bem recebida no Paço Imperial de Rio de Janeiro. Ao invés, como já foi assinalado, o IHGB, órgão ideológico do regime “debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”, subscreveu e promoveu a postura contrária, o indianismo (GUIMARÃES 1995, p. 560). Ironicamente, apesar de seu desprezo intelectual pelo historiador sorocabano, os crioulos fluminenses levaram quase literalmente à prática o programa dele (VARNHAGEN 1849, p. 35): desde 1850 e até a queda do Império em 1889, aqueles empreenderam avidamente – como outrora os bandeirantes louvados na *História Geral* – a conquista e colonização do sertão, expandindo suas fazendas de café, sua indústria siderúrgica e suas vias férreas, sempre em prejuízo dos “índios bravos” (MATTOS 1987, p. 66-67; PUNTONI 2003, p. 650-654 e 673).

Os moradores de S. Paulo julgando-se pois oprimidos por arbítrios que classificavam de hypocritas e até de interesseiros, e necessitados de braços para a agricultura e a lavra das minas, em vez de fazer contractos com os que estavam sujeitos aos Jesuítas, ou de irem buscar negros além dos mares com barbara crueldade nos porões dos navios, assentaram de valer-se de outro meio, alias menos vil do que este último, por isso mesmo que mediava uma luta na qual expunham suas vidas.– Organisaram-se em bandeiras, e começaram a ir prender índios bravos mui longe, e fora da jurisdicção dos Padres. Fizeram bem? Afirma-o fôra tão pouco humano como defender menos nobremente qualquer outra escravidão. O certo é porém que os interesses do Estado, não estão em certos casos (temporariamente) de accordo com os sentimentos da mais generosa philantropia, que alias de séculos prega e proclama louvavelmente a Igreja. É assumpto melindroso sobre que mais vale discorrer menos. Não se nos leve porém a mal se ousamos pedir que se deixe em paz a memória dos primeiros filhos e netos de christãos nascidos na terra sobre que foi embalado o nosso berço; quando os audazes aventureiros, a quem o Império deve a vastidão de suas fronteiras, tão accusados andam já por esse mundo, não só de salteadores, como também, abusando-se da significação dupla de uma palavra, de infiéis mestiços e descrentes mamelucos (VARNHAGEN 1854-1857, v. 1, p. 321-322).

## Conclusões: «começo» e ideologia

A *História de Méjico* e a *História Geral do Brazil* são duas obras representativas da historiografia nacionalista conservadora e filo-ibérica que foi escrita na América

Latina durante o século XIX. Ambas as histórias tiveram como autores membros das elites crioulas governantes que, por volta de 1850, atravessavam uma aguda crise: a hegemonia social, política e cultural que tinham mantido – não sem tensão – desde a época das Independências, nessa altura, estava seriamente ameaçada por diferentes elementos sociais – elites provinciais anti-hispânicas e anti-lusitanas, insatisfeitas com a ascendência política e econômica dos crioulos das respectivas capitais da República Mexicana e do Império do Brasil; populações indígenas, mestiças e afrodescendentes que se rebelavam em diferentes regiões e localidades do território nacional (BRADING 1988, p. 96-97; CARVALHO 2003, p. 249). Nesse sentido, as histórias nacionais de Alamán e Varnhagen podem ser vistas como respostas discursivas àquelas ameaças políticas e sociais; e, ainda mais, como reações a outras histórias ou interpretações da história nacional que, de alguma ou outra maneira, faziam eco dos interesses e posições ideológicas dos grupos contrários às elites crioulas governantes.

Neste confronto historiográfico concomitante à disputa pelo poder político e à primazia social, a questão da “origem da nação” teve um papel fundamental. A discussão histórica sobre qual era o começo “correto” das histórias nacionais do México e do Brasil não se reduziu a um assunto meramente erudito, mas envolveu a defesa narrativa de projetos políticos de Estado-nação contrários e, às vezes, irreduzíveis. Naquela época crítica, a designação do momento do passado em que se iniciava a história nacional, bem como a identificação do grupo humano específico a que correspondia a fundação histórica da nacionalidade, implicava uma tomada de posição sobre quem deveriam ser considerados os legítimos herdeiros de dita nação – em poucas palavras, a afirmação do grupo social ao qual correspondia a sua direção, o seu governo.

No âmbito daquele conflito quanto à “origem”, é interessante notar que tanto Alamán quanto Varnhagen concordaram em postular o Descobrimento, a Conquista e a Colonização europeias da América – castelhana no caso do primeiro e portuguesa no do segundo – como ponto de partida de suas correspondentes histórias nacionais do México e do Brasil. Em oposição às teses liberais-indianistas que principiavam a ganhar força na América Latina em meados do século XIX, as quais afirmavam que o fundamento, já não só étnico-cultural, mas mesmo político, das nações americanas tinha de ser procurado nas populações indígenas pré-colombianas, os autores da *História do México* e da *História Geral do Brasil* se empenharam em negar que aquele passado fizesse parte da história nacional. Do seu ponto de vista, na medida em que os grupos indígenas, que outrora povoaram os modernos territórios mexicano e brasileiro, nunca chegaram a formar nenhum estado unitário, nem desenvolveram autênticos sentimentos de patriotismo entre seus membros, era implausível sustentar a tese de

encontrar nesses grupos as sementes dos modernos estados-nação. A verdadeira raiz destes últimos, argumentaram Alamán e Varnhagen, estava em outro lugar: o México e o Brasil apenas tinham começado sua existência nacional, quer dizer, sua vida como entidades político-culturais – como sociedades com instituições políticas, uma religião e uma língua em comum –, a partir da chegada de castelhanos e portugueses. Segundo esses historiadores, primeiro com base na violência, mas depois com a ajuda da razão e do cristianismo, os ibéricos conseguiram unificar, sob um único governo e um único Deus, populações dispersas e territórios imensos; e ainda mais, graças a eles, foram-se preparando, amadurecendo as condições políticas, sociais, econômicas e culturais para que, com o passar do tempo – depois de três séculos sob a proteção da Mãe Pátria –, os descendentes dos heróis unificadores, os crioulos – os autênticos mexicanos e brasileiros –, tomassem o caminho necessário da vida independente (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 145-149; ALAMÁN 1942, v. 5, p. 556-557; VARNHAGEN 1854-1857, v. 1, p. 73-75, v. 2, p. 247).

No que diz respeito às narrativas, sejam essas ficcionais ou factuais, como as de Alamán e Varnhagen, todo começo é “arbitrário” – argumenta Andrea del Lungo. Por mais que os narradores se esforcem para “naturalizar” as fronteiras discursivas iniciais de suas histórias, para disfarçá-las por meio de diferentes estratégias – seja para ocultá-las ou para mostrá-las –, sua mera demarcação evidencia sua “artificialidade”: a delimitação intencional de um universo discursivo e sua apresentação como mundo autônomo acabado, fechado, ilusório revelam automaticamente as decisões ideológicas de seu autor (LUNGO 2003, p.23-25). Em suma, pode dizer-se dos começos que não são nada mais que ideologia em forma de narrativa, expressões simbólicas de realidades e ideais sociais e culturais hierarquizados e categorizados (DUMEZIL 2010, p. 42; LINCOLN 1999, p. 146-147). Os começos propostos pela *Historia de Méjico* e pela *História Geral do Brazil* parecem ilustrar essas hipóteses teóricas. Apresentados como relatos da “origem” das nacionalidades mexicana e brasileira, respetivamente, ou seja, como histórias que remetiam para o “nascimento natural” de uma “individualidade histórica” – a nação –, a partir dessa estratégia de delimitação, esses começos narrativos organizaram a defesa de uma série de ideais e valores culturais contrários aos propostos pelos começos – considerados inferiores – de outras histórias e obras literárias contemporâneas: as interpretações históricas indianistas da “origem” nacional. Tão artificiais e intencionais (SAID 1985, p. 5) uns quanto os outros. No entanto, enquanto os começos crioulos e filo-ibéricos de Varnhagen e Alamán foram os perdedores na disputa historiográfica sobre a “origem” da nação, demoraria muito, quase um século, até que a qualidade “ficcional”, já não só destes, mas também daqueles, fosse reconhecida.

## REFERÊNCIAS

- ALAMÁN, Lucas. **Disertaciones sobre la historia de la República Mejicana**. México: Imprenta de D José Mariano Lara, 1844-1849. 3 v.
- ALAMÁN, Lucas. **Historia de México**. 4. ed. México: Jus, 1942. 5 v.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANKERSMIT, Frank. **La experiencia histórica sublime**. México: Universidad Iberoamericana, 2010.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Vária história**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 314-328, 2006.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de; CEZAR, Temístocles. The Forms of History in the Nineteenth Century: The Regimes of Autonomy in Brazilian Historiography. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/pfiles/journals/14/editor-uploads/issues/611/main611.html?1=611&2=8812.#> Acesso em: 14 set. 2020.
- BRADING, David. **Los orígenes del nacionalismo mexicano**. Tradução de Soledad Loaeza. México: Ediciones Era, 1988.
- BUSTAMANTE, Carlos María de. **Continuación del cuadro historico de la revolución mexicana**. Mexico: Publicaciones de la Biblioteca Nacional de México, 1953-1963. 4 v.
- CÂNDIDO, António. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Matins, 1959. 2 v.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). **Historia do Brasil Nação: 1808-2010: Volume 2. A construção nacional. 1830-1889**. Rio de Janeiro: Fundação MAPFRE e Editora Objetiva, 2012.
- CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Prólogo Valdei Lopes de Araújo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

COLMENARES, Germán. **Las convenciones contra la cultura**: ensayos sobre historiografía hispanoamericana del siglo XIX. 2ª ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1987.

COSTELOE, Michael. **The Central Republic in Mexico, 1835-1846**: Hombres de Bien in The Age of Santa Anna. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

DÍAS, Antônio Gonçalves. Introdução. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes Históricos do Estado de Maranhão**. 2. ed. Maranhão: Typ. Maranhense, 1849. p. v-xx.

DUMEZIL, Georges. **Loki**. París: Le Monde-Flamarion, 2010.

FOWLER, Will; SANTONI, Pedro. Setting the Scene: The History and Historiography of Post-War Mexico, 1848-1853. In: FOWLER, Will; SANTONI, Pedro (ed.). **México, 1848-1853**: Los Años Olvidados. New York: Routledge, 2019. p. 1-33

GUIMARÃES, Lúcia Maria. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: Présentisme et expériences du temps. Paris, Éditions du Seuil, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFMG, 2000.

KELLNER, Hans. **Language and Historical Representation**: Getting the Story Crooked. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

KERMODE, Frank. **The Sense of an Ending**: *Studies in the Theory of Fiction*. New York: Oxford University Press, 1968.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past**: On the Semantics of Historical Time. New York: Columbia University Press, 2004.

LINCOLN, Bruce. **Theorizing Myth: Narrative, Ideology, and Scholarship**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

LUNGO, Andrea del. **L'incipit romanesque**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Essays on Sociology and Psychology**. Editor Paul Kecskemeti. New York: Oxford University Press, 1953.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora HUCITEC, Instituto Nacional do Livro, 1987.

MINK, Louis. **O Historical Understanding**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

MORA, José María Luis. **Obras sueltas**. México: Porrúa, 1963.

NISBET, Robert. **History of the Idea of Progress**. 4. ed. New Brunswick: Transaction Publishers, 2009.

NORIEGA, Alfonso. **El pensamiento conservador y el conservadurismo mexicano**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 1972. 2 v.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997.

PALTI, Elías José. **La nación como problema: los historiadores y la "cuestión nacional"**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

PALTI, Elías José. Lucas Alamán y la involución política del pueblo mexicano ¿Las ideas conservadoras 'fuera de lugar'? *In*: PANI, Erika (coord.). **Conservadurismo y derechas en la historia de México**. México: Fondo de Cultura Económica/Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2009. p. 300-323. v. 1.

PLASENCIA DE LA PARRA, Enrique. Lucas Alamán. *In*: GUEDEA, Virginia (coord.). **Historiografía mexicana: Volumen 3. El surgimiento de la historiografía nacional**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1997. p. 307-348.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. *In*: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003. p. 633-675.

RANKE, Leopold von. Über die Verwandtschaft und den Unterschied des Historie und der Politik. *In*: RANKE, Leopold von. **Sämtliche Werke**. Leipzig: Duncker und Humblot, 1872, p. 280-293. v. 24.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: De Varnhagen a FHC. 3. ed. Rio do Janeiro: Editora da FGV, 2000.

RÓDRIGUEZ O, Jaime. La Constitución de 1824 y la formación del Estado mexicano. **Historia Mexicana**, Ciudad de México, v. 40, n. 3, p. 507-535, 1991.

RODRIGUES, José Honório, **História da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 2 v.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. *In*: JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003. p. 665-687.

SAID, Edward W. **Beginnings: Intention & Method**. Nueva York: Columbia University Press, 1985.

SIMON, Joshua. **The Ideology of Creole Revolution: Imperialism and Independence in American and Latin American Political Thought**. New York: Cambridge University Press, 2017.

SÁ, Ana Priscila de Sousa. É preciso civilizar o Império! Varnhagen contra o 'perigoso' brasileiro caboclo. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 155-177, 2017.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: O narrador. A viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. O libelo do Povo. *In*: JUNIOR, Raimundo Magalhães (org.). **Três panfletarios do Segundo Reinado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 45-126.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: INI/MEC, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 3, n. 9, p. 53-63, 1841.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico**: Que â consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil. S.l., s.n., 1849.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil**. Rio de Janeiro: Casa de E. e H. Laemert, 1854-1857. 2 v.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico: Oferecido à nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro, p. 356-370, 384-402, out./nov. 1851.

WEHLHING, Arno. **Estado, história e memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. El discurso de la historia. *In*: WHITE, Hayden. **La ficción de la narrativa**: Ensayos sobre historia, literatura y teoría 1957-2007. Traducción de María Julia De Ruschi. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011. p. 339-359.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Ricardo Ledesma Alonso é professor associado na Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Doutorou-se em História (2018) na FFyL da UNAM, onde leciona atualmente os cursos “Historiografia Europeia dos séculos XIX e XX”, “História de Europa no século XIX” e “História e Literatura do século XIX”. Seus principais interesses de pesquisa são a história da historiografia europeia e latino-americana moderna e contemporânea, e a ficção histórica do século XIX. Desde 2017 é membro colaborador do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Circuito Interior, Ciudad Universitaria, s/n., Cidade do México, CdMx, 04510, México.

## FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## AGRADECIMENTO

UNAM, Bolseiro do Programa de Bolsas Posdoctorais na UNAM, Instituto de Investigaciones Filológicas. Assessorado pela Dra. Aurora María Díez-Canedo Flores.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Temístocles Cezar - Editor-Chefe

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 7 de outubro de 2020.

Aprovado em: 17 de novembro de 2020.